

ARTIGOS

AGRICULTURA BRASILEIRA NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Vagner Ocner Filho

Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. É Consultor Internacional do Comitê Permanente da América Latina para a Prevenção do Crime (Coplad) do Instituto Latino Americano das Nações Unidas.
E-mail: vagnerocner@terra.com.br

Resumo

O presente artigo discorre sobre o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura com o objetivo de destacar os principais elementos que caracterizam esse processo, na busca de evidenciar o sentido mais amplo dessas mudanças representado pela busca do capital, ou seja, de concretizar-se como capital em geral. Nesse sentido, elucida-se a formação do Complexo Agroindustrial no Brasil em prol da compreensão da análise do insumo-produto evidenciando a conexão agricultura-indústria. Tem-se o propósito de incitar a relevância da agricultura para a economia brasileira, em termos de suas relações comerciais com as demais atividades, salientando sua importância tanto como compradora de bens e serviços quanto importante fornecedor de insumos aos demais setores.

Palavras-chave: Desenvolvimento capitalista; Agricultura; Complexo agroindustrial.

1

AGRICULTURA COMO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

De forma categórica, o Complexo Agroindustrial pode ser aclarado como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais (MÜLLER, 1989). Atividades como a geração desses produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas, além do processo de coleta, armazenagem, transporte, distribuição de produtos industriais e agrícolas, fazem parte do conjunto de atividades vinculadas à produção e transformação.

As atividades são interdependentes, todavia assimétricas, já que há aquelas funções possuem um maior grau de importância dentro da reprodução do complexo (KAGEYAMA, 1990).

Sob a perspectiva da estrutura e da dinâmica do Complexo Agroindustrial (CAI), o emprego dessa definição implica que se esquadrinhe as estruturas produtivas da agricultura, da indústria voltada à agricultura e à indústria consumidora de matérias-primas agrícolas. Em sùmula, o CAI é uma unidade de análise de processo socioeconômico que envolve a produção de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais

para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes e os grupos sociais (GRAZIANO, 1982; DELGADO, 1985; MAZZALI, 2000).

O termo “complexo” apresenta vários significados. Pode ser considerado de modo geral como um conjunto de objetos determinados por caracteres comuns que equivale a uma classe, totalidade, estrutura ou conjunto. Ideologicamente, a filosofia considera o termo “complexo” constituído por diversos membros, simplesmente aludidos na expressão ou mencionados implicitamente (MORA, 1978). Sendo assim, pode-se utilizar a noção de “complexo” para a análise do encadeamento, da coordenação, das relações entre os vários elementos e/ou etapas de um determinado processo.

A primeira noção de complexo resulta em um recorte estático obtido por meio de critérios de agregação de atividades que sejam afins. O entendimento do Complexo Agroindustrial nessa perspectiva surgiu com os conceitos de *agribusiness*, proposto por Davis e Gonderberg nos anos 1957, e de *filière*, proposto por Malassis (1973 apud SIFFERT FILHO; FAVERET FILHO, 1998, p. 266).

A segunda noção de complexo está associada às teorias de desenvolvimento, sobretudo às contribuições de Perroux (1970) e Hirschman (1971). Para essas teorias, os investimentos teriam o poder de induzir o surgimento de outras atividades nos ramos que estivessem em contato, ocorrendo, dessa forma, atividades conexas e permitindo abordagens multissetoriais (MEDEIROS, 1997).

A noção de *agribusiness*, uma das denominações dada ao CAI, foi desenvolvida, inicialmente, nos Estados Unidos (EUA) e definida como sendo a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição de insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda, e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas derivados (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2). Essa definição generalizou a utilização do termo *agribusiness* para explicitar a crescente inter-relação setorial entre a agricultura e a indústria.

A crítica dirigida a esta visão, das relações agricultura-indústria, é de que a mesma não considera o progresso técnico, tornando-se uma descrição estática das relações intersetoriais que ocorreu entre agricultura e indústria. Se isso auxilia na descrição da complexidade das relações estruturais, não permite contemplação da dinâmica das forças sociais envolvidas, as quais determinam, não apenas aquela configuração particular como também as suas mudanças (DAVIS; GOLDBERG, 1990, p. 7). Dessa maneira, a noção de *agribusiness* assegura uma visão sistêmica do processo de relações entre a agricultura e a indústria. Essa análise, que estuda os sistemas agroindustriais, abrange vários sistemas agroindustriais de inúmeros produtos provenientes do setor agropecuário.

O termo *agribusiness* foi traduzido para o francês como *filière* (cadeias) e a dimensão histórica foi considerada no contexto do desenvolvimento capitalista do setor agropecuário (MALASSIS, 1973). Malassis considera a cadeia agroalimentar como o setor da economia agrícola, constituído por um conjunto de empresas que estão envolvidas na produção agrícola e na sua transformação. A sua estrutura é caracterizada por um subsetor a montante (que fornece os bens de produção), o subsetor agrícola e o subsetor que transforma e distribui os produtos agrícolas e alimentares (MALASSIS, 1973). Em sua definição, além de incorporar a dimensão histórica, considera a dimensão tecnológica no interior das cadeias alimentares. Para ele, as mudanças que ocorrem na economia agrícola estão associadas à evolução tecnológica.

As concepções de *agribusiness* (complexo agroindustrial/sistema agroindustrial) e de *filière* (cadeias agroindustriais) apresentam muitos pontos em comum, dentre eles se destaca a sequência de informações pelas quais passa o produto, do estágio inicial ao final, a importância da coordenação dos sistemas, a análise da matriz insumo-produto e o papel da tecnologia (MACHADO FILHO et al., 1996). Em nível de análise, o enfoque por meio das cadeias agroindustriais (*filière*) considera a existência de três subsistemas, sendo: i.) indústria montante; ii.) produção agrícola; iii.) indústria a jusante (MALASSIS, 1973, p. 18)¹. O enfoque que considera o termo *agribusiness* dá ênfase à indústria a jusante, ou seja, a que transforma a produção agrícola.

No estudo do CAI no Brasil, em termos concretos, não se pode mencionar a formação do complexo agroindustrial anterior à década de 1960, tendo em vista que os setores industriais voltados para a agricultura ainda não estavam plenamente constituídos. Isso posto, não significa dizer que não havia agroindústria brasileira, já que existia a de trigo/moinhos, desde os anos 1940. Todavia, tratava-se de uma agroindústria que estava inteiramente localizada no exterior, “não fazendo parte, portanto, da divisão social do trabalho no país” (MÜLLER, 1989, p. 47).

Ademais, é a homogeneidade da base técnica que é suposto no emprego do termo CAI como unidade de observação. A acumulação de capital e a reprodução das relações capitalistas de produção na agricultura têm, em seu uso difuso dos elementos e técnicas industriais, a sua base de avanço e bloqueio.

1 Na linguagem figurada, as locuções adverbiais “a montante” e “a jusante” são usadas para se referir a acontecimentos antes (a montante) ou depois (a jusante) de uma determinada data. Esses termos são empregados em diversas áreas da ciência, em especial na Ciência Exata.

A proporção em que a agricultura brasileira participa no PIB lhe remete a um país desenvolvido. No entanto, o mesmo não acontece com a proporção de mão de obra ocupada. Deveras, segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015), no ano de 2015 a agricultura participou com cerca de 17% na renda interna do país. Em contrapartida, o peso da População Economicamente Ativa (PEA), que exerce suas atividades no campo, foi de 37%, no mesmo ano.

As referidas proporções indicam um conjunto de desigualdades que aparecem na literatura como “modernização localizada”, “dualidade estrutural”, “heterogeneidade estrutural” ou “modernização conservadora”, que refletem os impactos causados pelas vias sinuosas e múltiplas do processo de modernização na agricultura brasileira (DELGADO, 1985; ELIAS, 2012; GRAZIANO DA SILVA, 1999; RIBEIRO; NEILLI; GALVÃO, 2000).

Nas áreas nas quais são detectados índices mais elevados de modernização na agricultura encontram-se organizadas importantes atividades agropecuárias, aquelas voltadas para produtos valorizados em escala de mercado, enquanto nas áreas de agricultura tradicional, os índices de modernização são baixos (RIBEIRO, NEILLI; GALVÃO, 2000, p. 288).

As inúmeras desigualdades, que caracterizam o campo brasileiro, indicam o fato de que a agricultura está deslocada do seu “laboratório natural”, ou seja, *constituído pelos elementos terra e trabalho e, por isso mesmo, diretamente atrelada à dinâmica do capital industrial em sentido lato* (MÜLLER, 1989, p. 48).

O suposto de tomarmos o CAI como categoria de análise diz respeito à inclusão da agricultura na dinâmica industrial e financeira. Dessa forma, com a reclamação de precisar as funções da agricultura realçando as funções de compradora de bens industriais e fornecedora de matérias-primas, essa categoria visa inserir a agricultura em um lugar técnico, econômico e social. Em outras palavras, visa destacar uma nova natureza desse laical ramo de atividade, ou seja, sua nova forma econômica e social no Brasil.

Kageyama (1987) distingue quatro segmentações que caracterizam a estrutura do Complexo Agroindustrial. A primeira é formada pelos CAIs completos, plenamente integrados a montante e a jusante, conformando um “tripé” entre a indústria e a agricultura, atividades agrícolas modernas e agroindústrias processadoras (como exemplo, são citados os casos dos complexos de avícola, açúcar e álcool, carnes e soja). Seguidamente, os CAIs chamados

incompletos, amplamente integrados a jusante com as agroindústrias, mas sem estabelecer vínculos específicos com o setor industrial a montante, sendo esse um fornecedor genérico (como exemplo, são citados os casos das fibras de algodão, laticínios, frutas e outros, os quais não configuram complexos). O terceiro segmento é o das atividades agrícolas modernas sem vínculos específicos nem a montante nem a jusante, como é o caso do café. O último segmento é o das atividades agrícolas artesanais, podendo atingir o mercado final ou servindo de subsistência, nesse caso ficam à margem do CAI.

Como resultante, e parafraseando Oliveira (2010), o CAI é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, relações associadas às atividades agrícolas (OLIVEIRA, 2010).

2

UMA ANÁLISE DO INSUMO-PRODUTO

Segundo Hong Yoon-Hwa (1988 apud CORONEL, 2009, p. 3) e Müller (1989), ao analisar estatisticamente a contribuição da agricultura para o crescimento econômico, concluiu-se que o crescimento agrícola, ainda que ligado ao crescimento industrial, contribui para o crescimento econômico global por meio de seu impacto positivo na produtividade total dos fatores (PTF) (1989, apud CORONEL, 2009; MÜLLER, 1989).

Segundo os dados levantados em 2005 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), captaram-se as mudanças acumuladas sofridas pelo setor agrícola. Assim, verifica-se que a agricultura se converteu em condições de acumulação de parcela da indústria de bens de capital. Em suma, a agricultura não mais depende apenas do crescimento da agroindústria, mercado interno e de exportações, mas também da indústria produtora de insumos e máquinas; nesse sentido, a terra subordina-se ao capital industrial e financeiro, utilizando-se o modelo insumo-produto, visto que ele possibilita averiguar as ligações entre os setores produtivos.

A matriz insumo-produto contempla um total de doze setores, a saber: Agropecuária; Indústria extrativa mineral; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade, gás e água; Construção; Comércio; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar, Atividades imobiliárias e aluguel; Outros serviços; Administração, saúde e educação pública (CORONEL, 2009).

Para identificar os setores-chave de desenvolvimento nacional foram calculados os índices de Rasmussen-Hirschman e os índices puros de ligação normalizados, conforme segue na Tabela 1.

Tabela 1

Índices de ligações para a frente e para trás de Rasmussen-Hirschman – Brasil 2005

Setores	ILF	ILT
Agropecuária	0,87	1,08
Indústria extrativista mineral	0,8	1,14
Indústria de transformação	2,45	1,31
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,01	1,03
Construção	0,67	1,03
Comércio	0,92	0,86
Transporte, armazenagem e correio	0,99	1,1
Serviços de informação	0,98	1,01
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,91	0,88
Atividades imobiliárias e aluguel	0,7	0,68
Outros serviços	1,12	0,98
Administração, saúde e educação públicas	0,59	0,9

Fonte: Coronel, 2009, p. 9.

O setor agropecuário apresentou um índice de ligação para trás (ILF) no valor de 1,08, indicando que esse setor produz impactos diretos e indiretos na forma de aquisição de insumos para a economia em um nível superior à média dos demais setores do sistema produtivo, quando sua demanda final varia em uma unidade.

Para complementar a análise dos índices de Rasmussen-Hirschman (1971) e identificar o grau de encadeamento entre os setores da economia brasileira, calculam-se os campos de influência. Para uma pequena variação na matriz de coeficientes técnicos, o setor indústria de transformação constitui-se o setor

que mais propagaria essas variações no sistema econômico. Condição de destacar que grande parte do agronegócio e da agroindústria brasileira se concentra nesse setor (CORONEL, 2009).

Apesar de os índices de Rasmussen-Hirschman (1991) serem amplamente utilizados na identificação de setores-chave, especialmente na análise da estrutura produtiva da economia, estes não levam em consideração o valor da produção total das indústrias, visto que apontam apenas o grau de ligação de cada uma com as demais.

Para superar essa limitação e averiguar a relevância de cada setor específico na economia, foram calculados os índices puros de ligação, apresentados na Tabela 2. Valores acima da unidade identificam os setores considerados como chave de desenvolvimento econômico, ao se destacarem tanto por suas relações de compra quanto por suas relações de venda na economia.

Tabela 2

Índices puros de ligações para trás (PBL), para a frente (PFL) e total (PTL), Brasil 2005

Setores	PBL	PFL	PTL
Agropecuária	2,26	1,74	4,7
Indústria extrativista mineral	0,26	1,28	1,53
Indústria de transformação	5,35	1,97	7,32
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,1	0,97	1,07
Construção	0	0,09	0,09
Comércio	0,86	1,62	2,48
Transporte, armazenagem e correio	0,79	1,4	2,19
Serviços de informação	0,07	0,6	0,67
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,2	0,79	0,99
Atividades imobiliárias e aluguel	0,01	0,31	0,32
Outros serviços	0,01	1,23	1,24
Administração, saúde e educação públicas	0	0	0

Fonte: Coronel, 2009, p. 12.

Considerando o critério outrora descrito, os setores da indústria de transformação, da agropecuária, da indústria extrativa mineral, da produção e distribuição de eletricidade, gás e água, do comércio, do transporte, da armazenagem e dos correios e outros serviços são considerados setores-chaves. Importante frisar que, ao levar em consideração o valor da produção total de cada atividade, o setor agropecuário ganha notória posição em termos da importância relativa de suas relações na economia.

Os resultados evidenciam a relevância da agropecuária para a economia brasileira, a respeito de suas relações comerciais com as demais atividades, salientando sua importância tanto como compradora de bens e serviços quanto importante fornecedor de insumos aos demais setores. Na medida em que os setores agrícolas se especializam e intensificam seu capital, necessitam de menor número de trabalhadores diretos, ou seja, redução da composição orgânica do capital, todavia necessitam de maior quantidade de insumos, incorrendo em demanda de mão de obra para atuar em outras atividades industriais, cumprindo um papel de fornecedor de mão de obra para o incremento dos setores não agrícolas.

3

AGRICULTURA COMO AGRONEGÓCIO NO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO

O desenvolvimento do agronegócio brasileiro determinou profundas mudanças na estrutura de mercado. A análise produtivista desse processo conduz ao equívoco de contemplá-lo tão somente sob a ótica da maior relação entre agricultura e indústria com a intersecção produtiva crescente implementada pelo processo de industrialização derivado da Segunda Revolução Industrial. Em economias continentais como a brasileira, essa transformação conforma-se como um autêntico processo de agro industrialização. A exigência de alastramento do desenvolvimento para um amplo espaço geográfico constitui-se na opção pela transformação da agricultura (MÜLLER, 1989; BELIK, 1992).

Esse sentido da realidade representa com fidedignidade as transformações nas estruturas de mercado das cadeias de produção dos agronegócios, a nova face integrada do complexo produtivo da agricultura. A agropecuária consolida-se como um elo da produção de riqueza multiplicada por segmentos emancipados do antigo complexo rural para formar os estratégicos segmentos da agroindústria de insumos e máquinas, das agroindústrias processadoras

e das agroindústrias de alimentos e vestuários (KAGEYAMA, 1990; PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1976).

O novo momento histórico exige que essa leitura produtivista seja ampliada postos os requisitos para a estruturação e consolidação dos instrumentos que sustentarão a alavancagem do padrão produtivo dos agronegócios num novo ciclo de desenvolvimento. Há que se romper com a leitura típica da reprodução simples do capital lastreada na sequência de produção de mercadorias (M) para transformar em dinheiro (D) e permitir a obtenção de mais mercadorias (M'). Essa reprodução M-D-M' consiste no processo da situação anterior da agricultura, antes de engendrar o vigoroso processo de transformação levado a cabo no mundo desde o final do século XIX e consolidado no Brasil na década de 1980 (MARX, 2013; GONÇALVES, 2004).

Com as mudanças estruturais da agricultura brasileira, ensejadas durante o século XX, é preciso ter claro que isso representou a irradiação, por todo espaço produtivo setorial, da lógica da reprodução ampliada do capital lastreada na ação tipicamente capitalista de aplicar dinheiro (D) na produção de mercadorias (M) com o objetivo de obter mais dinheiro (D'). As distinções entre as lógicas de ação dos agentes econômicos na reprodução simples e na reprodução ampliada do capital são nítidas e fundamentais, quaisquer que sejam: na reprodução simples, o objetivo é obter produto – para seu consumo ou venda de excedente –, e na reprodução ampliada, o lucro (D' maior que D) (CHESNAIS, 2005). Essa nova condição é a única compatível com a ação de produção especializada em produtos e processos, o que por si só já implica numa interdependência do agente econômico com outras instâncias dos mercados. Mais ainda, cada vez mais o capital assume a sua condição de capital em geral, deixando submersas adjetivações, tais como: capital produtivo, capital agrário e capital industrial, para assumir a sua forma desenvolvida de capital financeiro² (AGUIAR, 2004).

A sobrevivência do agropecuarista o leva a focar num produto específico, rompendo com sua autossuficiência e separando o agente produtivo do consumidor. Não mais produz orientado pelo seu consumo, mas para obter renda para que possa consumir produtos de outros (MARX, 2013). A condicionante mais relevante dessa mudança que o tornou capitalista na sua acepção plena

2 A concepção de capital financeiro tem especial contribuição na análise de Rudolf Hilferding, datada de 1910, onde coloca que os traços mais característicos do capitalismo “moderno” são constituídos pelos processos de concentração que aparecem pela abolição da livre concorrência e pela “relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata” (HILFERDING, 1985, p. 27).

está no fato de que sua ação produtiva exige mais que terra e trabalho, exige dinheiro (D) para aplicar na atividade produtiva com a compra de máquinas, de insumos e de capacidade de trabalho dos empregados (MÜLLER, 1989). Nesse momento, explicita-se a presença do crédito como elemento indispensável do processo de desenvolvimento capitalista e a solidez do padrão de financiamento como axioma da alavancagem do investimento para a realização e expansão da produção. Noutros termos, a reprodução ampliada do capital inseriu de forma plena a agricultura na lógica da financeirização da riqueza num universo globalizado.

4 CONCLUSÃO

O processo de desenvolvimento capitalista, ao espriar-se por toda extensão territorial, absorve, submete e reordena toda a atividade econômica aos desígnios de sua reprodução ampliada. A financeirização da riqueza de todas as formas e conteúdos representa um processo inexorável das transformações capitalistas, na medida em que o capital financeiro representa a síntese do capital em geral por ser a forma mais elevada e desenvolvida de capital.

Há de se ter claro que o capital enfrenta limitações à sua acumulação, rompendo com os obstáculos que pretendem travar seus movimentos de valorização. Ainda que muitas vezes possa representar contradições à sua lógica, o capital realiza mergulhos em determinados espaços da órbita produtiva para nutrir-se de mais valor fundamental ao seu ganho de grandeza.

O capital apresenta-se, assim, como um *camaleão* que realiza metamorfoses no tempo histórico assumindo a identidade que lhe permita reproduzir-se. Nesse sentido, a essência de sua lógica sempre almejou a virtualidade desse mergulho, na medida em que, no limite, tendeu sempre para a busca incessante da passagem quase direta D-D' nos seus processos de reprodução.

O desenvolvimento capitalista impulsiona a superação progressiva do antagonismo entre as formas de capital, levando à fusão do capital agrário com o capital industrial no denominador comum capital produtivo.

Esse processo deriva do período histórico no qual a irradiação dos padrões da Segunda Revolução Industrial, as agroindústrias, configuram-se como o veículo de disseminação de fábricas por amplos espaços geográficos. Isso tanto do lado das agroindústrias de insumos e máquinas, pela criação de demanda

na agropecuária, no Brasil, pelo crédito rural subsidiado nos anos 1960 e 1970, como do lado das agroindústrias de processamento e de alimentos. Esse processo de transformação da agricultura, denominado *desenvolvimento capitalista*, sintetizado na própria ideia de agronegócios e na visão de cadeia de produção, implicou na superação da luta histórica no espaço da apropriação da riqueza entre o lucro agropecuário e o lucro industrial. Para os agropecuaristas, que perdem autonomia nesse movimento, as agroindústrias são como se fossem espaços de reprodução de capital ‘alienígena’ na agricultura.

BRAZILIAN AGRICULTURE IN AGRO-INDUSTRIAL COMPLEX

Abstract

This paper discuss the process of capitalist development in agriculture with the aim of highlighting the main elements that characterize this process in the search of evidence of the broader meaning of these changes represented by the search for capital, that is, of being concretized as capital in general. In this sense, the formation of the Agroindustrial Complex in Brazil is explain in order to understand the analysis of the product input, evidencing the agriculture-industry connection. The purpose is to stimulate the relevance of agriculture to the Brazilian economy, in terms of its commercial relations with other activities, emphasizing its importance as a buyer of goods and services as an important supplier of inputs to other sectors.

Keywords: Capitalist development; Agriculture; Agro industrial complex.

Referências

- AMIN, S. O capitalismo e a renda fundiária. In: *A Questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec/Edunicamp/ANPOCS, 1992.
- AGUIAR, D. R. D. Agricultural futures contracts in Brasil: evolution and perspectives. In: MOURA, D.; SILVA JUNIOR, G. *Competitividade do agronegócio brasileiro em mercados globalizados*. Viçosa: UFV, 2004.

BELIK, W. Agroindústria processadora e política econômica. Tese. Instituto de Economia. Universidade de Campinas: 1992.

CORONEL, D. *A Agropecuária na economia brasileira: Uma análise de insumo produto*. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada, raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

DAVIS, J. A.; GOLDBERG, R. A. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1985.

ELIAS, D. "Les Territoires de L'Agrobusiness au Brésil". *Confins* (Paris), n. 15, 2012.

GONÇALVES, J. S. *Agricultura: crescimento e desemprego*. São Paulo: IEA/APTA, 2004.

SILVA, J. G. da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HARVEY, D. *Para entender O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

HIRSCHMAN, A. O. *A bias for hope*. Yale University Press: 1971.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

KURZ, R. A ascensão do dinheiro aos céus. *Krisis*, Alemanha, editorial, 1995.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990.

LENZ, M. H. *A categoria econômica da terra*. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Rio Grande do Sul, 1992.

MACHADO FILHO, C. A. P. et al. *Agribusiness europeu*. São Paulo: Pioneira, 1996.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro. Tomo II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MALASSIS, L. *Economie agro-alimentaire: Economie de la consommation et de la production agro-alimentaire*. v. 1. 1. ed. Cujas. Paris: 1973.

MANDEL, E. *A crise do capital*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MEDEIROS, N. H. *O mercado agroindustrial cooperativo norte-paranaense e o novo padrão competitivo da década*. Texto para discussão n. 32. Universidade Estadual de Maringá, 1997.

MORA, J. Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. Estudos Rurais. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

OCDE-FAO. *Agricultural Outlook 2016-2025*. 2015. Disponível em: <<http://www.agri-outlook.org/publication/>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2015 – *O trabalho como motor do desenvolvimento humano*. 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PAIVA, R. M.; SCHATTAN, S.; FREITAS, C. F. T. de. *Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidade*. Forense: USP, 1976.

PERROUX, F. *O capitalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

RIBEIRO, M. A.; NEILLI, M. M. V. C.; GALVÃO, P. M. C. do. *Tipologia de modernização agrícola: O exemplo do Estado do Rio de Janeiro*. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2000, Goiânia. *Anais...* p. 287-288. Goiânia: 2000.

ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de el capital de Marx* (estudios sobre los Grundrisse). Siglo XXI. México: 1978.

SARRIS, A. H. *O papel da agricultura no desenvolvimento econômico e na diminuição da pobreza: uma base empírica e conceitual*. 2001. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SIFFERT FILHO, N.; FAVERET FILHO, P. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estruturas de governança. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, 1998.

SOTO, H. de. *O mistério do capital: porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; HARLAND, C., HARRISON, A.; JOHNSTON, R. *Administração da Produção* (Edição Compacta). São Paulo: Atlas, 2009.